

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

**Abono de Família para Crianças e Jovens**

Decreto-Lei n.º 176/2003 de 2 de Agosto

A preencher pelo Serviço

Novo Escalão

Não tem direito

**DECLARAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR E DA SITUAÇÃO DE RENDIMENTOS ILÍQUIDOS REFERENTES AO ANO ANTERIOR (ART.º 61º)**

**Identificação do Funcionário Requerente (art.º 31º)**

Nome Completo ..... N.º Mecanográfico .....

Serviço onde exerce funções .....

N.º Fiscal..... Ano de.....

**Membros do Agregado Familiar de Quem o Descendente Depende ou se Integra (art.º 8º)**

N.º	Nome Completo	Estado Civil	Parentesco a)	N.º Seg. Social	N. Fiscal
1					
2					
3					
4					

a) em relação ao requerente

**Total dos Rendimentos Líquidos do Ano Anterior dos Componentes do Agregado Familiar de Quem o Descendente Depende Incluindo o(s) do(s) Descendentes com Tributação Autónoma (art.º 9º)**

N.º	Trabalho Dependente	Empresariais Profissionais	De Capital	Prediais	Patrimoniais	Pensões	Outro(s)	Total
1								
2								
3								
4								

Preencher com a mesma ordem numérica do Quadro anterior

**Titulares do Direito ao Abono de Família (parte final do n.º 2 do art.º 61º)**

**(São titulares do direito os descendentes e equiparados)**

N.º	Nome	Data de Nascimento	Parentesco a)

Preencher com a mesma ordem numérica do Quadro anterior

a) em relação ao requerente

**Certificação do Beneficiário**

As Declarações correspondem à verdade e não omitem informação relevante.

....., de...../...../.....

.....

*Assinatura do Funcionário Requerente*

*"Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objecto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo"*  
Constituição da República Portuguesa artº 20 nº4